Actualizado a 30/03/2015, 17:32 São Filipe, 30 Mar (Inforpress) – A Câmara Municipal da Brava está “indignada e agastada” com a actual situação das ligações marítimas com a ilha paralisada há dez dias, com o fast ferry "Kriola" retido no porto da Praia. Em nota de imprensa, o presidente da autarquia, Orlando Balla, manifesta o seu desagrado com aquilo que classifica de “descaso à ilha”, que segundo o mesmo “tem sido sistematicamente votada ao isolamento” com o resto do país e o mundo. Este refere que há dez dias que a ilha Brava está privada do abastecimento de mercadorias e do transporte de passageiros, entre residentes, turistas e emigrantes, resultante da inoperacionalidade do fast ferry “Kriola”, que “não reúne de momento o necessário certificado de navegabilidade”. “As autoridades competentes e gestoras do navio, nomeadamente o Estado de Cabo Verde, deveriam dotar a empresa de condições que garantam o normal funcionamento do navio, do ponto de vista da sua sustentabilidade financeira e da segurança, num contexto nacional marcado pela falta de segurança nos mares do arquipélago”, disse o edil da Brava através de uma nota de imprensa, anotando que esta situação tem “impactos negativos” no quotidiano das pessoas. O impacto é sentido do funcionamento do comércio, do turismo, no atraso do regresso dos emigrantes aos países de acolhimento, na sustentabilidade da economia da ilha, sem esquecer de situações de emergência que exigem evacuação para a Cidade da Praia ou para a de São Filipe, na ilha do Fogo. “Esta situação precária abala cada vez mais a confiança na ilha e no seu futuro, em matéria do fomento do turismo de natureza de alto valor acrescentado e em investimentos em diversos sectores de desenvolvimento, cruciais para a promoção do emprego e melhoria gradual das condições de vida das gentes da Brava”, afirma o edil. Orlando Balla que aquando da realização do fórum de Desenvolvimento da Brava, ocorrido em Dezembro de 2013, tinha afirmado que o tempo das lamentações já teria passado a historia, indica que passado mais de um ano as lamentações continuam e causam desânimo e frustrações. Para o edil da Brava “é dever” do Governo da República fazer a “necessária discriminação positiva” em relação a “uma ilha pequena e desprovida de recursos financeiros”, observando que a questão dos transportes “é crucial” para o “processo de alavancagem” da economia da ilha, e por isso “inadiável a normalização das ligações marítimas” de e para a ilha. Além disso, a edilidade bravense defende que é altura de o Governo “assumir de forma definitiva e séria”, a construção do futuro aeródromo da ilha. “O desenvolvimento da Brava deve ser vista e projectada de fora para dentro, donde, a problemática das ligações com o exterior assume importância de primeira grandeza”, defende Orlando Balla. Os efeitos da inoperacionalidade do fast ferry “Kriola” são sentidos também na ilha do Fogo onde em algumas casas comerciais já se nota a ruptura de alguns produtos da primeira necessidade. O fast ferry “Kriola” fez a sua última ligação Santiago/Fogo/Brava no dia 20 de Março e a ligação Brava/Fogo/Santiago no dia 24 de Março. Conforme o programado, o fast ferry devia fazer o mínimo de três ligações entre as três ilhas, segunda, quarta e sexta-feira, e uma ligação semana entre Brava/Fogo, terça-feira, mas neste momento nem se sabe para quando o Kriola retomará a ligação regular entre as ilhas. Alguns operadores económicos da ilha do Fogo defendem que enquanto o Kriola estivera inoperacional que os responsáveis da companhia devia colocar o navio Liberdade a assegurar a ligação entre as ilhas do sul até a resolução definitiva do problema. Segundo apurou a Inforpress, o certificado de navegabilidade deveria ser passado ainda hoje pelas Agência Marítima e Portuária para que o navio tenha condições de ir para a doca em São Vicente, para manutenção e eventual reparação no casco. Em Julho de 2014, a imprensa deu conta de dias difíceis na empresa Cabo Verde Fast Ferry, que apresentou um prejuízo de 127 mil contos em 2013, de acordo com as contas publicadas pela Bolsa de Valores, e ao qual se juntaram

prejuízos dos anos anteriores, perfazendo, ao fim de três anos completos de actividade, um prejuízo acumulado de 425 mil contos. Os seus principais financiadores são o Estado, o INPS, a Caixa Económica de Cabo Verde, o Banco Africano de Investimento e o Banco Comercial do Atlântico, tendo a ASA participado no seu financiamento. JR Inforpress/Fim